

# **O mercado interno fluminense na segunda metade dos setecentos: nota de pesquisa<sup>#</sup>**

Fábio Pesavento  
Doutorando do PPG em Economia - UFF  
Bolsista Capes

## **Introdução**

Pode-se afirmar que é na segunda metade dos setecentos que o espaço fluminense se consolida na economia colonial brasileira. Contudo, poucos estudos cobrem o período 1750-90. Diante deste fato, pretende-se investigar que fatores (econômicos e sociais) tornaram possível este movimento. Trabalhos anteriores<sup>1</sup> mostraram que o mercado interno fluminense, os negociantes de grosso trato e o comércio de escravos, exerceram um papel fundamental nesta dinâmica. Como este estudo está em fase de construção<sup>2</sup>, busca-se analisar algumas características do mercado interno fluminense durante o período 1750-90, baseando-se (principalmente) na análise de 5.000 escrituras públicas de compra e venda. Este é o objetivo do presente trabalho. Com isto, tenta-se obter novos subsídios para o debate sobre a dinâmica econômica fluminense.

Na primeira parte do texto realiza-se uma breve contextualização da economia fluminense na segunda metade do século XVIII e do período pombalino. Em seguida, observam-se algumas características do mercado interno fluminense com base na documentação primária encontrada. Por fim, extraem-se algumas conclusões.

## **2. O Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos, 1750-90**

Nesta primeira parte do trabalho apresenta-se uma brevíssima contextualização do período e da economia fluminense na segunda metade dos setecentos.

---

<sup>#</sup> Dados deste trabalho foram coletados nos arquivos lisboetas graças ao financiamento obtido pela Capes na concessão de estágio de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais (ICS) de Lisboa de dezembro de 2006 a março de 2007.

<sup>1</sup> Sampaio (2001), Fragoso (1998) e Fragoso & Florentino (2001).

<sup>2</sup> Na tese de doutoramento analisar-se-á outros aspectos os quais levaram a consolidação da economia fluminense na segunda metade dos setecentos.

Dom José I ascende ao Reino português em 1750<sup>3</sup> e junto com ele, assumia a pasta dos negócios uma das personagens mais importantes da história luso-brasileira: Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal<sup>4</sup>.

Durante o período pombalino (1750-77), percebe-se uma mudança nas diretrizes do Estado português. Em linhas gerais, a atuação política de Pombal vai no sentido de arrefecer a influência política da Igreja e da nobreza no Estado, de incorporar parte da burguesia nascente (concedendo privilégios) e de buscar políticas econômicas que permitissem diminuir a dependência inglesa (econômica e política). Este quadro parece claro quando se observam os desdobramentos de seu governo durante os anos 1750. Dentre estes, destaca-se a sua atuação firme na reconstituição de Lisboa após o terremoto de 1755 e no episódio do atentado a dom José I em 1757. Também em 1757, combate com extrema violência os motins ocorridos na cidade do Porto contra a criação da Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Outros exemplos são a expulsão dos jesuítas do Brasil, o confisco de seus bens em 1759, o processo contra os Tavoras e outros membros da alta nobreza portuguesa. Estes fatos expõem uma nova “ideologia” de governo (ação do Estado).

Com relação ao Brasil, pode-se dizer, de uma maneira geral, que as primeiras ações de Pombal foram no sentido de reorganizar a administração (política) e a economia, uma vez que o Império passava por dificuldades financeiras devido à queda da extração aurífera na região das gerais e o arrefecimento das exportações brasileiras. O objetivo destas medidas era o de “criar uma estrutura administrativa e política que atendesse às necessidades do Tratado de Madrid e às novas realidades econômicas e aos problemas de comunicação que se originaram da exploração e colonização permanente do interior do Brasil.” (SILVA, 2004: 486)

Parece nítido que existe uma alteração do ambiente institucional luso-brasileiro. Se antes da administração do Marquês de Pombal a igreja e os ingleses exerciam influência nos desígnios portugueses, após a morte de dom João V, estes setores vão ter seu prestígio arrefecido. A ação de governo posta em prática por Carvalho e Melo, representa uma nova “ideologia” (regra informal) no Estado, a qual gerou novas regras formais (leis e decretos).

---

<sup>3</sup> Ver Pedreira (1995), Lains & da Silva (2005), Hespanha (1998).

<sup>4</sup> Sobre o Marquês de Pombal destaca-se Falcon (1982) e (2005), Azevedo (2004), Maxwell (1968), (1996).

Este movimento alterou o ambiente institucional e afetou o desempenho econômico não apenas do Reino, mas também do seu principal porto, o Rio de Janeiro.

Quando se observa o cenário fluminense na virada da primeira para a segunda metade do XVIII<sup>5</sup>, nota-se que desde antes de 1750, o Rio de Janeiro já figurava como o principal centro econômico do Brasil, “a partir do terceiro decênio do XVIII, a praça do Rio de Janeiro começou a transformar-se no principal centro comercial da América Portuguesa e no mais importante porto receptor de importações de outras partes do Ultramar e da reexportação de produtos europeus.” (FRAGOSO, 1998: 75)

Não faltam exemplos deste movimento fluminense, o qual pode ser explicado, em boa medida, pela sua localização geográfica no conjunto do império português. Isto também é reflexo da crescente intensificação do comércio de cabotagem, como o realizado com o Sul do país (Rio Grande do Sul, especialmente), durante o período estudado.

Importante lembrar que antes de 1750, já existia o abastecimento mineiro realizado pelo Rio de Janeiro, “Na primeira metade do século XVIII o Rio converteu-se no principal centro abastecedor das Minas como se pode observar na maior renda das alfândegas dos caminhos velho e novo.” (LOBO, 1970: 568)

Outro aspecto da economia fluminense na virada da metade do século XVIII é o fato que com a intensificação do fluxo de pessoas, navios, comércio; natural que também ocorresse uma ampliação da importância política do espaço fluminense no Império Português. Isto se põe a descoberto em 1763, quando é transferida a capital de Salvador para o Rio. Outro exemplo, é o tribunal da Relação do Rio de Janeiro criado já em 1750 a fim de resolver pendências jurídicas ocorridas no sul, centro-oeste e sudeste do país. Com isto, houve a migração de juristas, da alta nobreza e da burocracia portuguesa além de um maior contingente de militares (CAVALCANTI, 2004).

Este período também vai presenciar a implementação de novas culturas no Rio de Janeiro como o anil, o arroz, a cochonilha, o linho cânhamo, a amoreira (bicho de seda) e o café. Na verdade, estas medidas de fomento estão inseridas num contexto peculiar. De um lado existe o crescimento da demanda inglesa por matérias-primas, fruto da Revolução Industrial. De outro, as medidas pombalinas de fomento agrícola.

---

<sup>5</sup> Ver Fragoso (1998), Fragoso & Florentino (2001), Florentino (1997), Lobo (1970) e (1978), Bicalho (2003), Sampaio (2003), Gôvea; Fragoso & Bicalho (2001), Faria (1998), Cavalcanti (2004).

Portanto, a segunda metade do século XVIII vai presenciar a consolidação não só da economia, como também da estrutura política fluminense ao lado do crescimento de novas culturas. Um aspecto importante a ser observado é o de verificar as características do mercado interno fluminense neste momento de crescimento da economia do Rio de Janeiro. Com isto, pode-se tentar mensurar o seu impacto neste processo. Isto será realizado no próximo ponto.

### **3. Mercado Interno Fluminense**

Nesta segunda parte do artigo pretende-se apontar algumas características do mercado interno fluminense durante o período 1750-90. Isto será realizado analisando-se 5.000 escrituras públicas de compra e venda do termo da cidade do Rio de Janeiro.

LOBO (1970) já apontou que o capital mercantil estava concentrado com os negociantes de grosso trato na praça carioca. Estes acabavam por ditar os ritmos de produção uma vez que financiavam, grosso modo, a agricultura e os demais setores daquela economia. FRAGOSO (1998) mostrou este mesmo comportamento da praça carioca para os anos 1790-1840 e SAMPAIO (2003) indica que este movimento iniciou nas primeiras décadas do século XVIII. Especificadamente, o autor aponta – com base nas escrituras de compra e venda – para o fato da “perda de importância relativa do setor agrário (...) drenado em escala crescente pelos setores não-agrários da sociedade, sobretudo pelo capital mercantil.” (SAMPAIO, 2003: 91) Diante destes resultados, sugerem a importância do mercado interno na dinâmica econômica fluminense.

A fim de observar o comportamento do mercado interno para o período 1750-90, as escrituras de compra e venda foram classificadas da seguinte forma:

1. urbanas: irá compreender aquelas escrituras de prédios urbanos (sobrados, moradas de casas térreas, sobradinhos, chãos, lojas, bancas e etc);
2. rurais: escrituras de compra e venda de terras, engenhos, sítios e fazendas;
3. empréstimos: escrituras de dinheiro a razão de juros, dívida e obrigação.
4. chácaras: escrituras de compra e venda de chácaras;

5. embarcações: transações que envolvem corvetas, saveiros e demais embarcações;
6. sociedades: escrituras de associação para fins mercantis.

Das 5.000 escrituras analisadas 1.172 são alforrias, 764 urbanas, 592 rurais, 505 empréstimos, 305 quitações, 293 doações, 210 distrato, 101 seção e trespasso, 99 ajustes, 77 sociedades, 72 embarcações, 66 chácaras, 57 dotes, sendo as demais 318 distribuídas entre vendas de escravos, declarações, fianças, retificação, composição, obrigação, etc. Em termos de valores totais (VT), os grupos que se destacam são as urbanas 547:992\$025 réis, as rurais 494:905\$237 réis, empréstimos 448:761\$206 réis e as sociedades 222:265\$206 réis. Portanto, existe um predomínio do setor urbano sobre o rural não só em números de escrituras, mas também no valor total (VT) das transações cujo valor pode-se verificar.

A fim de obter uma melhor aproximação da realidade de cada setor, estruturou-se o quadro 1 (no anexo). Neste quadro, observa-se que o valor médio (VM) da terra é inferior ao dos prédios urbanos. Quando se compara o preço médio da braça de terra com o da de chãos percebe-se que o valor deste último é bem superior ao do solo nas freguesias “rurais”. Por exemplo, a braça da terra em Agoassu varia de 8\$300 a 11\$500 réis na década de 1750, ao passo que na década de 1780 cai para uma média de 2\$100 réis. Este movimento também é verificado em outra freguesia, Pacobahiba. Nesta, o preço médio da braça é de 3\$334 réis na década de 1750 e de 2\$800 réis na década de 1780. Isto se repete em outras freguesias fluminenses. Já o preço do solo urbano ascende com o passar das décadas dos setecentos. Por exemplo, o preço da braça de chãos na rua do rosário em 1756 é de 67\$000 réis ao passo que em 1771 sobe para 73\$200 réis. Esta valorização do solo urbano se verifica em outras ruas situadas na região central do Rio de Janeiro como a dos latoeiros, senhor do bom Jesus, do cano, das violas e etc. Em contra partida, os valores médios dos engenhos e lojas não apresentam um padrão claro.

Um ponto interessante é a presença das sociedades no valor total das escrituras analisadas. Quando se analisa separadamente as sociedades (quadro 2) percebe-se que 61% do valor total e 39% do valor médio, são ligadas ao comércio Rio de Janeiro-Lisboa. Estas sociedades, em sua maioria, são de transporte de fazendas de Portugal para o Rio de Janeiro, a fim de abastecer o mercado interno. Em seguida, aparecem as sociedades para compra de lojas (em sua maioria de fazendas). Neste trabalho não se tem espaço para se

aprofundar na análise destas sociedades. Contudo, as escrituras analisadas mostram que em sua maioria estas sociedades eram compostas por “homens de negócio”.

A atuação destes em negócios envolvendo grossos cabedais fica claro quando se detém na participação dos valores totais das escrituras com valores até 10 contos, entre 9,9 a 5 contos e entre 4,9 a 1 conto de réis. O quadro 3 mostra a concentração na participação de negócios de até 10 contos de réis dos homens de negócio ou cavalheiros da Ordem de Cristo. Este cenário só se altera nas transações que envolvem valores entre 4,9 a 1 conto nas quais os valores médios ficam próximos entre os diferentes estratos sociais.

Outro exemplo da pequena participação de outros agentes sociais nos negócios coloniais fluminense é o mercado de crédito. De um total de 136 escrituras de dinheiro a razão de juros (empréstimos) que somam 110:891\$102 réis, apenas sete negociantes representam 47:197\$214 réis, ou seja, 43% do volume de crédito total. Dois se destacam, Manoel da Costa Cardoso (conhecido homem de negócio) e o capitão e Cavalheiro da Ordem de Cristo Joaquim da Silva Lisboa. Ambos somam 26:528\$577 de réis em empréstimos. Joaquim da Silva Lisboa concedeu mais de 11 contos e Manoel da Costa Cardoso mais de 15 contos de réis. Quando da sua primeira escritura de dinheiro a razão de juros, em 1766, Joaquim da Silva Lisboa aparece sem patente. Porém, três anos depois, já obtém a patente de capitão e em 1783 é Cavalheiro da Ordem de Cristo. Estes primeiros indícios revelam que o mercado de crédito também era concentrado na praça fluminense.

O crédito, em sua maioria, era destinado para fins de aumento de negócio ou de casal. Importante destacar que não se limitavam a agentes fluminenses, mas também a de outras localidades como Espanha e Montevidéu.

De uma maneira geral, estes resultados confirmam os dados levantados por Antonio Carlos Jucá de Sampaio (década de 1740-50), por João Fragoso (1800-1816) e por Manolo Florentino (1798-1835), os quais mostram a preponderância do setor urbano frente ao rural. Este movimento parece confirmar a transformação que passa a estrutura econômica fluminense. Os dados parecem corroborar a idéia de que o capital mercantil fluminense tornou-se o centro dinâmico do desenvolvimento do Rio de Janeiro. Isto reflete o aumento da população, do capital comercial da praça do carioca, do comércio interno e externo, dos homens de negócio e do número de empréstimos (SAMPAIO, 2003: 90).

Outra maneira de tentar mensurar o mercado interno fluminense é a de acompanhar a dinâmica da arrecadação da Capitania. O quadro abaixo mostra este movimento para o ano de 1785.

**Quadro 1 – Arrecadação da Capitania do Rio de Janeiro em 1785**

<b>Imposto/atividade</b>	<b>Réis</b>
<b>Casa da moeda</b>	<b>114.412.054</b>
<b>Dízimo da alfândega</b>	<b>136.918.143</b>
Subsídio grande dos vinhos	11.786.547
Subsídio pequeno dos vinhos	8.418.978
Subsídio da aguardente do Reino e Ilhas	4.803.615
Subsídio do azeite doce	1.633.516
Guarda costa	11.908.235
<b>Dízimos reais</b>	<b>30.533.333</b>
<b>Contrato pesca das baleias</b>	<b>19.200.000</b>
<b>Contrato Sal</b>	<b>30.400.000</b>
Subsídio da aguardente da terra	4.540.000
Passagens dos rios Paraíba e Parahibana	10.945.920
Passagens rio São João	156.000
Equivalente do contrato do tabaco	12.988.318
Direito dos escravos que vão para as minas	13.342.500
Direitos em cada alqueire de sal	8.059.730
Donativos oficiais	1.094.210
Dízima da chancelaria	866.670
Novos direitos das provisões de cartas de seguro	141.240
Foros da marinha	2.178.445
Bens próprios da coroa	52.800
Produtos dos gêneros vendidos nos armazéns	6.450.990
Aluguel do armazém da pólvora da ilha de Santa Catarina	573.440
Recibo do depositário dos confiscos	11.549.125
Receitas extraordinárias	1.394.794

<b>Total</b>	<b>444.348.603</b>
--------------	--------------------

Fonte: ANTC, Livro 4044.

Pode-se perceber que a dízima da alfândega e a arrecadação dos serviços realizados pela casa da moeda representam, aproximadamente, 50% da arrecadação da Capitania do Rio de Janeiro em 1785. A dízima da alfândega era um imposto cobrado nas mercadorias exportadas e importadas no porto fluminense. Já a senhoriação realizada pela casa da moeda representava a sua arrecadação. Estes resultados podem ser explicados pela grande movimentação portuária que experimentava o Rio de Janeiro desde o início da segunda metade dos setecentos. Por outro lado, a senhoriação realizada pela casa da moeda aponta para a dinâmica interna não só do mercado fluminense, mas também mineiro. Em um segundo estrato no computo do que a Coroa arrecadava no Rio de Janeiro, aparecem os contratos do sal para o Brasil, dízimos reais e o contrato da pesca da baleia.

Infelizmente não se encontrou o quadro acima para o período analisado, contudo pôde-se levantar, para alguns anos da segunda metade dos setecentos, alguns destes. Neste trabalho apresenta-se a arrecadação da dízima da alfândega do Rio de Janeiro para os anos 1762 a 1791 conforme reporta o gráfico 1.

**Gráfico 1 – Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro, 1762-91**



Fonte: ANTC, livro 4057. Dados gentilmente sugeridos e indicados por Carlos Gabriel Guimarães.



Como sugere o gráfico 1, a dízima da alfândega não apresenta um padrão nítido de sua evolução. Com base nestes valores, calculou-se a correlação e a co-integração entre a dízima do Rio de Janeiro e preço internacional do açúcar (Maxwell, 1973) a fim de tentar apontar se existia uma relação entre uma variável representativa do mercado interno e uma da flutuação do mercado externo. Porém, visto o limitado número observações, este exercício não pode ser visto como definitivo, mas sim de um indicativo a fim e incorporar novas fontes e metodologia (cliometria) para o debate.

A correlação entre as variáveis dízima da alfândega (DIZ) e preço internacional do açúcar (PAC) é de 0,24<sup>6</sup>. Este resultado mostra uma correlação fraca entre as variáveis, uma vez que está abaixo de 0,5. Portanto, este teste estatístico indica que a DIZ não se correlacionava fortemente com o PAC, isto é, a variável representativa do mercado externo (PAC) não apresentava correlação forte com a do mercado interno (DIZ) apontando um descolamento na evolução da dinâmica de cada série.

A fim de reforçar este resultado, realizou-se um segundo teste, co-integração entre as séries DIZ e PAC. Se estas forem co-integradas, então apresentam uma relação estável de longo prazo, caso contrário, não. O resultado da co-integração apontado no quadro 2 (no anexo), mostra que as séries não eram co-integradas, ou seja, não apresentavam uma relação estável de longo prazo, sugerindo, novamente, uma autonomia na evolução da variável endógena (DIZ) frente a exógena (PAC).

Estes resultados estão longe de comprovar teorias sobre a dinâmica do mercado interno fluminense. O objetivo aqui é o de incorporar uma nova metodologia (cliometria) a fim de obter novos subsídios para o debate.

## **Conclusão**

O esforço que se fez aqui foi no sentido de realizar um primeiro apanhado sobre um período pouco analisado da economia colonial fluminense, a segunda metade dos setecentos.

O argumento que se propôs foi no sentido de que, com base em 5.000 escrituras analisadas, pode-se confirmar a predominância do setor urbano (ligado ao mercado interno)

ao rural. De uma maneira geral, estes resultados confirmam os dados levantados por (SAMPAIO, 2003), (FRAGOSO, 1998) e (FLORENTINO, 1997). Além disso, se verificou a concentração deste mercado, em especial, o de crédito e o que envolviam elevados cabedais.

Em trabalhos posteriores se realizará um aprofundamento da importância do mercado interno na dinâmica econômica fluminense. Isto se dará com a incorporação de novos aspectos os quais podem ter contribuído para a consolidação fluminense. Dentre eles, o papel das sociedades e da concentração dos negócios mercantis de grosso trato na mão de uma elite comercial.

---

<sup>6</sup> Os resultados obtidos com valores das variáveis PAC e DIZ em logaritmos naturais. Os resultados se preservam quando em valores nominais.

## Referências Bibliográficas

### Fontes primárias

*Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)*  
Escrituras públicas entre 1750-90. 1º, 3º e 4º ofícios.

*Arquivo Nacional do Tribunal de Contas (Lisboa)*  
Livros 4044, 4057.

### Fontes Secundárias

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil colônia, 1750-1808. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1999, vol.2.

\_\_\_\_\_. *Royal Government in colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BARROS, Edval de Souza. Aquém da fronteira: mercado de terras na Capitania do Rio de Janeiro, 1720-1780. *III Congresso Brasileiro de História Econômica*, Curitiba, 1999.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles. *O Império marítimo português:1415-1825*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O Rio de Janeiro setecentista:a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

D'ALMEIDA, D. José. *Vice-Reinado de D. Luiz D'Almeida Portugal*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*: Belo Horizonte, vol.15, n.2, maio-agosto, pp. 11-34, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Júnia Ferreira. *A interiorização da Metrópole*. UFMG, 1999. (Tese de doutorado).

GOUVÊA, Maria de Fátima; FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda (org.). *Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Manoel (coord.). *História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998.

LAINS, Pedro; DA SILVA, Álvaro Ferreira (Orgs.). *História econômica de Portugal: 1700-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, vol.1.

LOBO, Eulália Maria L. Rio de Janeiro e Charleston, S. C.: as comunidades de mercadores no século XVIII. *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*. Vol.12, n.4, oct. 1970, pp.25-45.

\_\_\_\_\_. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, vol.1, 1978.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

\_\_\_\_\_. *O paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Pombal and the nationalization of the Luso-Brazilian Economy. *Hispanic American Historical Review*, vol. XLVIII, n.4, pp. 608-31, nov. 1968.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PEDREIRA, Jorge. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. UNL: Lisboa, 1995. (Tese de doutoramento).

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 –c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, M. A. A estrutura política e econômica no final do Brasil colonial, 1750-1808. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina: a América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 2004, vol.1.

VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *RIHGB*, vol.316, jul.set. 1977, pp.170-279.

### Anexo

#### Quadro 2 – Teste de co-integração entre o preço internacional de açúcar (PAC) e a dízima da alfândega do Rio de Janeiro (DIZ)

Included observations: 28 after adjusting endpoints

Trend assumption: Linear deterministic trend

Series: PAC DIZ

Lags interval (in first differences): 1 to 1

##### Unrestricted Cointegration Rank Test

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Trace Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None	0.284117	14.11277	15.41	20.04
At most 1 *	0.156157	4.754101	3.76	6.65

\*(\*\*) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Trace test indicates **no cointegration** at both 5% and 1% levels

Hypothesized No. of CE(s)	Eigenvalue	Max-Eigen Statistic	5 Percent Critical Value	1 Percent Critical Value
None	0.284117	9.358666	14.07	18.63
At most 1 *	0.156157	4.754101	3.76	6.65

\*(\*\*) denotes rejection of the hypothesis at the 5%(1%) level

Max-eigenvalue test indicates **no cointegration** at both 5% and 1% levels

### Quadro 3 – Valores médios e totais de escrituras de compra e venda de engenhos, terras, lojas e prédios urbanos, 1750-90

*Em Réis*

Período	Engenho			Terras			Lojas			Prédios urbanos						Total		
	VT	VM	NE	VT	VM	NE	VT	VM	NE	VT (Terrea)	VM (Terrea)	NE	VT (Sobrado)	VM(Sobrado)	NE	VT	VM	NE
1750-59	54.649.541	5.464.954	11	27.200.090	320.001	108	33.045.985	8.261.496	4	42.983.000	661.277	69	68.135.800	2.065.000	34	226.014.416	16.772.728	226
%	24,18	32,58	4,87	12,03	1,91	47,79	14,62	49,26	1,77	19,02	3,94	30,53	30,15	12,31	15,04	100	100	100
1760-69	106.158.405	10.615.481	10	40.292.825	485.456	90	3.953.620	3.953.620	3	41.150.400	685.840	63	43.323.266	2.228.550	23	234.878.516	17.968.947	189
%	45,20	59,08	5,29	17,15	2,70	47,62	1,68	22,00	1,59	17,52	3,82	33,33	18,44	12,40	12,17	100	100	100
1770-79	25.826.516	3.689.502	10	59.127.107	402.225	178	33.916.912	4.845.273	10	49.905.900	453.690	131	53.155.306	2.214.804	42	221.931.741	11.605.495	371
%	11,64	31,79	2,70	26,64	3,47	47,98	15,28	41,75	2,70	22,49	3,91	35,31	23,95	19,08	11,32	100	100	100
1780-89	18.426.000	4.606.500	4	17.524.982	263.711	93	32.653.741	3.265.374	15	29.920.010	405.000	82	45.785.800	1.831.432	38	144.310.533	10.372.017	232
%	12,77	44,41	1,72	12,14	2,54	40,09	22,63	31,48	6,47	20,73	3,90	35,34	31,73	17,66	16,38	100	100	100

Fonte: Arquivo Nacional, 1º, 2º e 4º ofícios. Elaboração Própria.

VT= Valor total representa a soma dos valores das escrituras com valores identificados. VM = valor médio é a soma total dividido pelo número de escrituras com valores identificados. NE = Número de escrituras.

### Quadro 4 – Valores médios e totais de escrituras de compra e venda de tipos de sociedades, 1750-90

*Em Réis*

	RJ-Lisboa	Lojas	Carga Viva	Engenho	RJ-MG	Navios	Interior RJ	Outros	Total
<b>VT</b>	131.220.000	49.034.000	9.078.000	12.830.000	4.691.000	3.317.000	2.519.255	2.256.070	<b>214.945.325</b>
<b>%</b>	61,05	22,81	4,22	5,97	2,18	1,54	1,17	1,05	<b>100</b>
<b>VM</b>	9.372.857	3.064.625	3.026.000	2.566.000	2.345.500	1.658.500	629.814	1.128.035	<b>23.791.331</b>
<b>%</b>	39,40	12,88	12,72	10,79	9,86	6,97	2,65	4,74	<b>100</b>
<b>NE</b>	19	19	4	6	3	3	8	6	<b>68</b>
<b>%</b>	27,94	27,94	5,88	8,82	4,41	4,41	11,76	8,82	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Nacional, 1º, 2º e 4º ofícios. Elaboração Própria.

VT= Valor total representa a soma dos valores das escrituras com valores identificados. VM = valor médio é a soma total dividido pelo número de escrituras com valores identificados. NE = Número de escrituras.

**Quadro 5 – Valores médios e totais de escrituras de compra e venda por valor de negócio, 1750-90***Em Réis*

	Até 10 contos			9,9 a 5 contos			4,9 a 1 conto		
	VT	VM	NE	VT	VM	NE	VT	VM	NE
<b>Homens de Negócio, Ordem de Cristo</b>	167.426.087	18.602.899	9	101.211.676	9.201.061	11	46.232.362	2.433.282	19
<b>Igreja</b>	12.000.000	12.000.000	1	37.400.000	7.480.000	5	37.773.462	2.518.231	15
<b>Doutor, desembargador, provedores</b>	107.858.905	17.976.484	6	0	0	0	26.719.318	2.968.813	9
<b>Dona, viúva</b>	13.931.466	13.931.466	1	24.400.000	8.133.333	3	34.897.880	1.661.804	21
<b>Capitão</b>	55.000.000	13.750.000	4	59.670.647	7.458.831	8	99.615.102	2.621.450	38
<b>Tenente</b>	0	0	0	7.020.000	7.020.000	1	13.489.370	2.248.228	6
<b>Sargento mor</b>	0	0	0	0	0	0	13.431.054	2.238.509	6
<b>Alferes</b>	0	0	0	15.220.400	7.610.200	2	13.900.000	2.780.000	5
<b>Outros</b>	11.000.000	11.000.000	1	92.685.790	7.129.676	13	500.320.068	1.516.121	330
<b>Total</b>	<b>367.216.458</b>	<b>16.691.657</b>	<b>22</b>	<b>330.615.513</b>	<b>7.688.733</b>	<b>43</b>	<b>786.378.616</b>	<b>20.986.438</b>	<b>449</b>

Fonte: Arquivo Nacional, 1º, 2º e 4º ofícios. Elaboração Própria.

VT= Valor total representa a soma dos valores das escrituras com valores identificados. VM = valor médio é a soma total dividido pelo número de escrituras com valores identificados. NE = Número de escrituras.